

Obstrução impede depoimento

Das sucursais

A CPI que investiga causas e consequências da violência urbana deixou de ouvir ontem em Brasília o depoimento do ministro do Interior, Mário Andreazza, por causa da ausência dos representantes do PDS, que deixaram de comparecer às reuniões das CPIs em represália à obstrução que as oposições vêm fazendo às atividades do plenário do Senado.

Da mesma forma, a CPI que examina os problemas ligados ao crescimento populacional não ouviu o depoimento de um representante do IBGE. Caso o PDS mantenha essa posição, também serão cancelados os depoimentos de amanhã do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel — convidado para falar na comissão que examina a violência urbana —, e do presidente do DCE do Mackenzie, Fábio França Fleming, convocado pela CPI do terror.

Ontem, o Senado não realizou sessão porque os parlamentares do PDS abandonaram o recinto, onde permaneceram apenas o presidente da Casa, Jarbas Passarinho, e nove oposicionistas.

Como o quórum mínimo para a abertura dos trabalhos é de 11 senadores Passarinho anunciou que era impossível realizar a sessão, que deveria começar às 14h30, mesmo horário em que, na Alemanha, se estava iniciando o jogo de futebol entre as seleções brasileira e alemã.

Os parlamentares do PDS perceberam em tempo que se permanecessem em plenário os trabalhos seriam abertos, como pretendiam os nove representantes oposicionistas. Assim, minutos antes do horário regimental, eles abandonaram o plenário, sob o protesto dos senadores do PMDB e do PP, que acabaram aceitando como razoável a suspensão dos trabalhos, por causa do jogo de futebol.

Os senadores pedessistas que decidiram "boicotar" a sessão foram: João Calmon (ES), Jorge Kalume (AC), Aloysio Chaves (PA), José Lins (CE) e Luiz Cavalcante (AL).

REUNIÃO

O líder da bancada do PP no Senado, Evelásio Vieira, por sua vez, informou que hoje reunirá sua bancada, após o encerramento da sessão, para discutir, pela terceira vez, a possibilidade de, juntamente com a bancada do PMDB, suspender a obstrução da ordem do dia que vem fazendo desde o dia 27 de março, como forma de pressionar o governo a definir de imediato as regras do jogo eleitoral.

Na reunião, a bancada examinará a proposta do líder do governo, senador Nilo Coelho, de a obstrução ser suspensa em troca de sua palavra empenhada no sentido de que no dia 30 de junho será definida a reforma eleitoral e que o PDS dará apoio para aprovação do projeto do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que regulamenta as coligações partidárias.

FIM DO SENADO

"O Senado é inteiramente dispensável, já não tem mais razão de existir, pois os argumentos que justificavam a existência do sistema bicameral não resistem hoje a uma análise mais profunda." Defendendo a extinção do Senado, o deputado Romeu Martinelli (PDS-RS), disse em Porto Alegre, que o sistema atual, com Câmara e Senado, já não tem mais razão de ser: "Nós precisamos politicamente, unificar o poder para fortalecê-lo, e tecnicamente é indispensável que haja simplificação do processo legislativo para assegurar maior celeridade".

Martinelli salientou que a representação igualitária dos Estados através do sistema bicameral "é um argumento superado, porque esta representação pode ser feita pelos representantes da Câmara Federal".

O deputado gaúcho disse que apenas duas razões justificavam o sistema bicameral: "A primeira, de ordem política, que considerava o bicameralismo como uma necessidade de defesa e aperfeiçoamento do Poder Legislativo, a segunda, de ordem técnica, procurava defender o sistema para que problemas e questões legislativas fossem discutidas e votadas com mais ponderação".